



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 3092, DE 2025

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para instituir programa específico de desarmamento voluntário voltado a residências com histórico de violência doméstica e familiar.

**AUTORIA:** Senadora Augusta Brito (PT/CE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Augusta Brito

**PROJETO DE LEI Nº , DE 2025**

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para instituir programa específico de desarmamento voluntário voltado a residências com histórico de violência doméstica e familiar.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

**“Art. 31 .....**

*Parágrafo único.* Cabe ao Poder Público promover programas específicos de desarmamento voluntário voltados a residências em que haja histórico de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, mediante a realização de campanhas de orientação, concessão de incentivo à entrega de armas e articulação com a rede de proteção à mulher.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, 22 de dezembro de 2003) prevê, em seu art. 31, a possibilidade de entrega voluntária de armas de fogo à autoridade competente, mediante indenização.

**SENADO FEDERAL**

Gabinete da Senadora Augusta Brito

Essa política teve impactos significativos na redução da circulação de armas em períodos anteriores, mas não agrega estratégias específicas para o enfrentamento da violência armada no ambiente doméstico e familiar.

A presente proposta visa criar base legal para a implementação de programas direcionados ao desarmamento voluntário em contextos de violência doméstica e familiar, com fundamento na Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha). Trata-se de medida de caráter preventivo e protetivo, voltada a reduzir os riscos que a presença de armas representa para mulheres em situação de vulnerabilidade.

Ao estabelecer que cabe ao Poder Público desenvolver programas com essa finalidade, o projeto direciona as campanhas de orientação e incentivo à entrega voluntária de armas a famílias marcadas por episódios de violência, além de possibilitar a articulação com a rede de proteção à mulher, para viabilizar o desenho de políticas públicas específicas, focalizadas e intersetoriais, com ênfase na prevenção de feminicídios.

Embora a política de desarmamento já esteja prevista na norma em vigor, a focalização em contextos de violência doméstica é uma inovação necessária, que contribui para o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, especialmente com o Programa de Ação das Nações Unidas sobre Armas Pequenas e Leves, adotado pela Organização das Nações Unidas em 2001, que recomenda ações voltadas à proteção de populações vulneráveis contra a violência armada.

A proposição pode se converter, caso aprovada, em instrumento jurídico legítimo, realista e urgente voltado à erradicação do acesso a armas de fogo em ambientes marcados por conflito e agressão, fortalecendo a prevenção de feminicídios e outras formas graves de violência.

Diante do exposto, peço o apoio de todos e todas à aprovação desta matéria.

Sala das Sessões,

**Senadora AUGUSTA BRITO**



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.826, de 22 de Dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento (2003) - 10826/03  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003;10826>
- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha (2006) - 11340/06  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>